O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Havendo número regimental, está aberta a sessão.

Convido o Deputado Claudio Cajado para servir como Secretário.

Não havendo discussão e conforme o estabelecido na alínea "f" do art. 8º do Regulamento Interno da Comissão, coloco em votação a ata da 3ª reunião ordinária, realizada em 11 de abril de 2007.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Leitura do expediente.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Correspondências internas recebidas.

Ofícios nºs 491 a 493, de 11 abril, do Líder do PMDB, Deputado Henrique Eduardo Alves, indicando o Deputado Vignatti como Relator do Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período de 2008 a 2011; o Deputado José Pimentel como Relator Geral do Projeto de Lei Orçamentária para o ano de 2008; e o Deputado João Leão como Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2008, respectivamente.

Ofício nº 24, de 12 de abril, do Deputado Edio Lopes, solicitando a relação de precatórios a serem pagos em 2007, bem como dos precatórios pagos de 1996 a 2006.

Ofício nº 35, de 10 de abril, da Consultoria de Orçamentos e Secretaria Especial de Informática do Senado Federal, colocando a Comissão a par das necessidades de recomposição do quadro de servidores, em fase de evasão de consultores e analistas para outros órgãos, e das novas atribuições de assessoramento orçamentário trazidas pela recente aprovação da Resolução nº 1, de 2006.

Expedientes com indicações para os cargos de Relatores Setoriais das áreas temáticas da proposta orçamentária para 2008.

Ofício nº 490, de 11 de abril, do Líder do PMDB, Deputado Henrique Eduardo Alves, indicando o Deputado Giacobo para a Relatoria Setorial da Área Temática X - Trabalho, Previdência e Assistência Social.

Expedientes com indicações para integrar o colegiado de representantes das lideranças partidárias com assento na Comissão.

Ofício nº 77, de 10 de abril, da Líder do Governo, Senadora Roseana Sarney, indicando o Deputado Walter Pinheiro.

Expediente com indicações para integrar o Comitê Permanente de Avaliação, Fiscalização e Controle de Execução Orçamentária.

Ofício nº 489, de 11 de abril, do Líder do PMDB, Deputado Henrique Eduardo Alves, indicando o Deputado Fernando Ferro e o Deputado Márcio Reinaldo Moreira como Coordenador.

Expedientes com indicações para integrar o Comitê Permanente.

Ofício nº 486, de 11 de abril, do Líder do PMDB, Deputado Henrique Eduardo Alves, indicando o Deputado Miguel Corrêa Jr.

Ofício nº 169, do Líder do Bloco PSB, PDT, PCdoB, PMN, PHS e PRB, Deputado Márcio França, indicando o Deputado Abelardo Camarinha.

Expediente com indicações para integrar o Comitê Permanente de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com indício de irregularidades graves.

Ofício nº 487, do Líder do PMDB, Deputado Henrique Eduardo Alves, indicando o Deputado Eduardo Valverde.

Ofício nº 168, do Líder do Bloco PSB, PDT, PCdoB, PMN, PHS e PRB, Deputado Márcio França, indicando o Deputado Daniel Almeida.

Expediente com indicações para integrar o Comitê Permanente de Avaliação de Receita.

Ofício nº 488, do Líder do PMDB, Deputado Henrique Eduardo Alves, indicando o Deputado Zé Geraldo.

Correspondência externa recebida.

Aviso encaminhado pelo Presidente do TCU, Ministro Walton Alencar Rodrigues.

Avisos de 4 de abril de 2007.

Aviso nº 391, de 2007, obras rodoviárias emergenciais situadas na BR-230, no Maranhão, trecho entre os entroncamentos com a rodovia BR-343 e BR-371, São Domingos do Azeitão.

Aviso nº 392, de 2007: Acórdão nº 524, de 2007, obras rodoviárias emergenciais situadas na BR-230, no Maranhão, entre os trechos dos Municípios de São Domingos do Azeitão e Balsas.

Aviso nº 393, de 2007: Acórdão nº 527, de 2007, obras rodoviárias na BR-377, Rio Grande do Sul, no entroncamento com a RS-233 até a BR-158, Cruz Alta.

Aviso nº 394, de 2007: Acórdão nº 528, de 2007, obras emergenciais desenvolvidas na BR-158, no Estado do Mato Grosso do Sul.

Aviso nº 397, de 2007: Acórdão nº 498, de 2007, ponte sobre o Rio Abunã, na BR-364, em Roraima.

Aviso nº 400, de 2007: Acórdão nº 501, de 2007, pedido de reexame interposto pela Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS, contra a determinação contida no Acórdão 1.579, de 2006, do Plenário.

Aviso nº 401, de 2007: Acórdão nº 503, de 2007, constituição do Instituto da Criança e do Adolescente no Hospital Universitário de Brasília.

Avisos de 11 de abril, de 2007.

Aviso nº 428, de 2007: Acórdão 563, de 2007, obras do Hospital Central do Estado de Mato Grosso.

Aviso nº 430, de 2007: Acórdão nº 566, de 2007, Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal — SICOM.

Aviso nº 442, de 2007: Acórdão nº 587, de 2007, obras de adequação de trechos rodoviários na BR-230, no Estado da Paraíba, trecho João Pessoa a Campina Grande.

Está lido o expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Feita a leitura do expediente, vamos começar a Ordem do Dia.

Pauta nº 1, de 2007.

Apreciação do Requerimento nº 01/2007-CMO, que requer a realização de audiência pública para discutir a constitucionalidade das medidas provisória de créditos extraordinários. Autor: Deputado Ricardo Barros.

Tem a palavra o autor.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, havia solicitado, na reunião passada, a retirada de pauta deste requerimento porque ele já foi apreciado pela Comissão de Constituição e Justiça, onde foi aprovado para se discutir de forma mais ampla não só créditos extraordinários, mas também relevância e urgência das matérias que vêm sendo editadas como medidas provisórias.

Portanto, peço a retirada da pauta do requerimento até que se realize a sessão na CCJ. Oportunamente, solicitarei a sua reinserção na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Retirado de pauta o requerimento, a pedido do autor.

Passa-se ao item 2.

Apreciação do Requerimento nº 02/2007-CMO, que requer, com fundamento no art. 50 da Constituição Federal e art. 24, inciso IV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o comparecimento do Sr. Paulo Bernardo Silva, Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, e da Sra. Dilma Roussef, Ministra-Chefe da Casa Civil, a esta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização a fim de prestarem esclarecimentos acerca da constitucionalidade de medidas provisórias de créditos extraordinárias.

Com a palavra o autor do requerimento, Deputado Eduardo Sciarra.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, fizemos o início deste debate na reunião passada e, na reunião de Líderes de hoje, encaminhamos entendimento no sentido de trazermos aqui o Ministro Paulo Bernardo, do Planejamento, e o Advogado-Geral da União, em substituição à Ministra Dilma Roussef, para falarem sobre constitucionalidade e sobre o fato de estarmos equivocadamente discutindo créditos extraordinários em local não apropriado.

Esta é a Comissão que deve discutir créditos extraordinários e o Orçamento na sua plenitude. Entendemos que é fundamental a presença do Ministro porque tem sido um fato recorrente discutir-se créditos extraordinários por medida provisória. Queremos restabelecer a discussão no foro adequado, que é a Comissão de Orçamento e o Congresso Nacional.

Por isso, encaminhamos esta proposta de entendimento, acordada por todos os Líderes, e convidaríamos o Ministro Paulo Bernardo e o Advogado-Geral da União, José Antonio Dias Toffoli.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) – Peço a V.Exa. que formalize a substituição. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Concedo a palavra ao Deputado Walter Pinheiro.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO - Sr. Presidente, quero fazer duas solicitações a V.Exa. A primeira é buscarmos um entendimento em torno desse requerimento, pois fizemos um acordo com o Deputado Eduardo Sciarra para que o Advogado-Geral da União, Dr. José Antonio Dias Toffoli, viesse a esta Comissão tratar da constitucionalidade, como pleiteia inicialmente o nobre Deputado, e o Ministro Paulo Bernardo viria também a esta Comissão para tratar do mérito das matérias. Portanto, o convite será feito aos 2, que deverão vir a esta Casa com esse objeto.

Sr. Presidente, solicito a votação nesses termos. Ao mesmo tempo, após esta votação, também solicito a V.Exa. — estamos apresentando um requerimento — que apreciemos, com inversão de pauta, o PL nº 01 que, nesta reunião, deverá ser relatado pelo nobre Senador Francisco Dornelles.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente, saúdo as Lideranças pelo entendimento, mas gostaria de externar minha posição no tocante ao mérito do requerimento. Não poderia deixar de fazê-lo, compreendendo que vamos ter na Comissão uma discussão que considero estéril, porque apenas houve edição de medidas provisórias quando a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização não discutiu os PLs, deixou vencer o prazo, postergou a discussão, por várias manobras regimentais. É óbvio que, nesse caso, qualquer governo editaria medida provisória.

Por isso, acho estéril essa discussão, mas compreendo o acordo para se chegar ao entendimento. Por essa razão, vamos seguir o voto da nossa Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Encerrada a discussão.

Em votação o requerimento com as modificações sugeridas pelo Deputado Walter Pinheiro e pelo Líder Eduardo Sciarra no sentido de se substituir nessa convocação a Ministra Dilma Rousseff pelo Advogado-Geral da União, Sr. José Antonio Dias Toffoli.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado Federal.

Pauta nº 3.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO - Sr. Presidente, solicitei a V.Exa. que promovesse inversão de pauta e apreciássemos o Item nº 1 da Pauta nº 5.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) – A Mesa acata a sugestão de inversão de pauta.

Em discussão a Pauta nº 5.

Projeto de Lei nº 1, de 2007-CN, que altera os arts. 2º e 3º da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária 2007. Relator: Senador Francisco Dornelles.

Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

O SR. SENADOR FRANCISCO DORNELLES - Sr. Presidente, Senador José Maranhão, Sras. e Srs. Senadores e Deputados, é uma honra muito grande estar presente nesta Comissão Mista de Orçamento para relatar, conversar e discutir com V.Exas. alguns pontos relacionados com o Projeto de Lei nº 1.

Basicamente, na matéria de fundo, o Projeto de Lei nº 1 eleva de aproximadamente 4 bilhões para 11 bilhões o valor do PPI. Com a queda da taxa de juros, o Governo tem condições de aumentar a sua taxa de investimentos sem que isso tenha reflexo no resultado nominal do setor público. O crescimento sustentado exige aumento da taxa de investimento.

Considero que a peça fundamental, a principal razão do Projeto de Lei nº 1 é justamente o aumento do PPI, ou seja, aumentar o nível de investimento para o ano de 2007. Ora, se fizermos esse aumento de investimentos, precisaremos da participação dos Estados e municípios, e a contrapartida deles exigida é muito elevada. De modo que, se não abríssemos caminho para redução dessa contrapartida de Estados e municípios, teríamos um PAC sem participação desses entes da Federação, o que dificultaria investimentos em grande parte dos municípios brasileiros.

Esses são os 2 pontos-chave, e tivemos o cuidado de manter o posicionamento, as linhas gerais do projeto de lei, que são justamente aumentar o nível de investimento e ter a participação de Estados e municípios.

Considero que as outras modificações são praticamente formais e vêm em segundo plano. Por exemplo, tivemos, em vários pontos da lei, menção ao Ministério Público Federal e agora estamos colocando Ministério Público da União.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) – Lembraria aos presentes que o Relator está com a palavra.

O SR. SENADOR FRANCISCO DORNELLES – Naquela proporção de despesa de 90% de um ano para outro, não tínhamos incluído alguns itens relacionados com despesas na área de segurança e saúde e havia algumas distorções no campo da publicidade. São as correções feitas no relatório anexo que, creio, todos os senhores receberam.

Essas são as linhas gerais. Coloco-me à inteira disposição dos senhores para qualquer questão que queiram levantar.

A grande preocupação da Relatoria foi se ater aos 2 pilares desse projeto, ou seja, aumentar o nível de investimentos, aumentar a participação de Estados e municípios e a possibilidade do PAC, reduzindo a contrapartida dessas Unidades Federativas. Esse foi o fundamento, razão pela qual muitas das emendas apresentadas a esse projeto de lei, que têm até alguma validade, podem ser transferidas e discutidas em relação à Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2008.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Em discussão.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. *(Pausa.)*

Falarei depois dos Deputados, pois é na Câmara que será votado primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) – Por cessão do Senador Antônio Carlos Valadares, com a palavra o Deputado Eduardo Sciarra.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, com relação ao PLN nº 1, por intermédio dos Democratas, apresentamos emendas que não foram consideradas pelo nobre Relator. Assim, gostaria de frisar o projeto enviado a esta Casa.

Vou falar sobre o projeto que foi enviado para esta Casa, especialmente no que diz respeito ao art. 2º, § 3º, que fala das despesas empenhadas no exercício de 2007 relativas a publicidade, diárias, passagens e locomoção.

Na LDO do ano passado e também no Orçamento para 2007, a partir da alteração proposta no PL nº 1, foi aprovada a retirada o termo "publicidade" da restrição de não se exceder a 90% dos valores empenhados no exercício de 2006. Ou seja, o Governo está tirando o limite de 90% do ano anterior dos gastos com publicidade. Um país que precisa reduzir seus gastos, o custo da máquina, investir em saúde, em educação, em obras de infra-estrutura para possibilitar o tão sonhado e almejado crescimento econômico, não pode deixar de evitar uma situação que, com toda certeza, não vai trazer vantagem nenhuma para o interesse público.

Os gastos com publicidade têm sido excessivos. Se esse relatório, após sua discussão, for aprovado, estaremos mais uma vez perdendo para a racionalidade ao deixarmos de investir em publicidade, que é um gasto excessivo, repito, desse Governo.

Temos emendas e destaques apresentados e vamos depois discutir essa questão.

Com relação às emendas do Relator, gostaria de me referir aqui a 3 delas. Primeiro, na Emenda nº 2, o Relator também tira da limitação prevista de 90% gastos que são de áreas importantes, como segurança pública, normatização e fiscalização, vigilância sanitária e epidemológica, defesa sanitária vegetal e defesa sanitária animal. Entendemos que, de fato, essas áreas devem ter um atendimento prioritário do Governo e não como vem acontecendo, em que o Governo contigencia os seus orçamentos e acaba liberando muito menos do que aquilo que nele consta. Mais uma vez fica claro que o Governo vai na contramão: ao invés de melhorar a qualidade do gasto público, de reduzir as despesas em outra área, procura continuar com as despesas e, aí sim, abrir o limite para os gastos. Esses limites foram discutidos aqui

quando da LDO e também do Orçamento da União para 2007. Já estamos na contramão, mais uma vez, liberando esses gastos para que eles possam ser efetivados.

Da mesma forma a Emenda nº 3, do Sr. Relator, que diz respeito à mudança da metodologia de cálculo do PIB. Em função dessa mudança na metodologia, o Sr. Relator propõe a fixação de um valor que corresponderia aos 4,25% do PIB, como consta em nosso Orçamento, fixando um valor em reais e não estabelecendo a mesma proporção como constava antes. Na prática, isso significa que está reduzindo de 4,25% para 3,8% a meta de superávit primário com o percentual do PIB, mais uma vez fazendo o caminho inverso: ao invés de melhorar o gasto público, de reduzirmos as despesas em outras áreas, fixa um valor em reais e não a redução percentual do superávit primário, que seria salutar.

Por fim, Sr. Presidente, a Emenda nº 4, do Relator, possibilita — o que é meritório — a redução da contrapartida de Estados e municípios para receber de transferências voluntárias do Governo Federal. Ocorre que, como as obras do PAC, que atende somente, ou prioritariamente, aos grandes municípios, esse benefício será dos grandes e não da maioria dos municípios brasileiros, que não estarão contemplados com essa possibilidade, quando, em todos os seus repasses de recursos da União, os municípios acabam tendo uma contrapartida maior, e os municípios pequenos não vão se beneficiar dessa situação.

Eu coloco, então, dessa forma, Sr. Presidente, Sr. Relator, como críticas ao relatório. O nobre Relator, Senador Francisco Dornelles, tem todo o mérito no trabalho feito, mas gostaríamos que S.Exa. apreciasse essa questão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR FRANCISCO DORNELLES - Deputado Eduardo Sciarra, quero, mais uma vez, reiterar a V.Exa. o meu maior respeito, minha maior admiração. V.Exa. é um conhecedor profundo das matérias orçamentárias e estou certo de que esta Comissão fica orgulhosa de ter pessoas como V.Exa. na linha de frente.

Eu quero prestar as seguintes informações a V.Exa. Em primeiro lugar, em relação ao artigo que estabeleceu limitações de despesa em 2007, representando 90% de 2006, nós tivemos de incluir algumas áreas da saúde e da segurança, porque há uma prioridade de o Governo atuar nessa área e essa limitação realmente era desaconselhada.

No campo específico da publicidade, houve a seguinte atuação: no ano de 2006, em decorrência do pleito eleitoral, o Governo ficou contido, não pôde realizar despesas de publicidade. Ele ficou realmente num teto, praticamente; a publicidade em 2006, quase inexistente. De modo que se tomássemos um teto com base em 2006, o Governo poderia ficar impedido de realizar até algumas campanhas necessárias, informativas, de que precisa para exercer algumas atividades em várias áreas, principalmente nos campos da saúde e da educação.

Em relação ao ponto que V.Exa. levanta também de termos colocado uma emenda estabelecendo um valor nominal em relação ao déficit, ocorre o seguinte: o nível do PPI foi elevado de aproximadamente 5 para 11 bilhões de reais, mas o limite de 4,25% sobre o PIB atual dá aproximadamente esse valor de 995 bilhões. Acontece o seguinte: em decorrência de modificações feitas pelo BNDES, se o PIB aumentasse e ficasse 4,25% sobre uma base aumentada, o superávit primário necessário teria de ser maior, porque ele só poderia ser atingido de duas maneiras: ou pelo aumento de arrecadação, que é impossível, ou por um corte drástico de investimentos, que não é o objetivo do Governo. Por esse motivo, foi apenas uma maneira de se defender, de atingir a meta, que é do Governo, que é do Congresso Nacional, de estabelecer condições para aumentar o nível do investimento.

Em relação às despesas, ao problema a que V.Exa. se refere, ao ponto em que reduzimos as contrapartidas do Governo, chamo a atenção de V.Exa. para o fato de que o contido na letra "e" — realização de despesas com saneamento ambiental, habitação, assentamentos precários, irrigação — não está sujeito ao PAC. Em todo e qualquer investimento nessa área, a contrapartida poderá ser reduzida. De modo que nada impede que os pequenos e micromunicípios sejam beneficiados. Em relação à letra "e", no que trata das programações do PPI, V.Exa. poderá, em algum ponto, prevalecer, mas tendo em vista as duas letras, estamos reduzindo a contrapartida de médios, pequenos e micromunicípios.

São essas explicações. Se quiser levantar algum ponto, é uma honra muito grande responder a V.Exa.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - Estou esclarecido, nobre Relator. Quanto ao mérito, principalmente em relação aos gastos com publicidade, não existe explicação possível. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Senador Antônio Carlos Valadares.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Sr. Presidente, embora tenha feito a inscrição, preocupado com a Ordem do Dia no Senado e na Câmara dos Deputados, desisto. Contudo, parabenizo o Relator pelo brilhante parecer que proferiu.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, serei breve, até porque fizemos um acordo para que não houvesse nenhum tipo de obstrução por parte dos Democratas na apreciação do PL nº 1.

Li o relatório por inteiro. Minhas primeiras palavras são para elogiar o nobre Relator, o Senador Francisco Dornelles. V.Exa. é um exemplo de Parlamentar pela abrangência, pela análise, principalmente pelo relatório, Senador. Contudo, farei algumas observações, uma delas relativa à exclusão do limite de 90% com gastos em publicidade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, o Governo, no ano passado, gastou quase 300 milhões de reais com publicidade, dividida entre a institucional e a de utilidade pública. Quando a lei prevê que os atos de Governo devam ser publicitados, pressupõe-se que é a divulgação pública do que o Executivo, Legislativo ou Judiciário fazem com os recursos públicos. A publicidade entende-se nada mais, nada menos, como a transparência, a moralidade, a eficiência nos gastos públicos. Ora, Sr. Presidente, o que vemos é um verdadeiro *marketing* político que envolve a divulgação das ações do Governo.

Tomemos como exemplo o Plano de Aceleração do Crescimento — PAC. Antes de o Plano ser concebido, os marqueteiros já estavam enchendo a mídia com o PAC. Até essas 3 letras - PAC - foram fruto da mídia, do *marketing*. Portanto, excluir-se, Sr. Presidente, meu nobre e querido Senador Dornelles, Relator, do teto limitador de 90% dos gastos de 2006 significa aumentar os gastos do Governo. Queremos ajudar a que o PAC seja implementado, mas o Governo precisa dar sua contrapartida, que é diminuir os gastos com custeio.

Estamos assistindo, mês após mês, ano após ano, recordes de arrecadação. No entanto, o custeio cada vez eleva-se mais também. Quando estabelecemos esses limites na LDO, pressupomos naquela oportunidade que era uma forma de diminuir os gastos com diárias, transporte, publicidade e direcionar recursos para o investimento, em especial para o PPI. Isso não está ocorrendo. Ora, quando o Governo altera essa posição, isso significa que o intuito do Congresso Nacional em limitar os gastos de custeio do Governo para direcionar esses recursos para investimento foi desconsiderado. Daí por que, diante de toda a peça que V.Exa., nobre Relator, produziu no seu relatório, o qual votaremos a favor, destacarei esse ponto porque o considero extremamente prejudicial. Para V.Exa. ter uma idéia, nobre Relator, com esses recursos poderíamos construir 36 mil casas populares, e a minha querida cidade Dias d'Ávila, no interior da Bahia, poderia ter algumas delas.

Reitero que há situações com as quais devemos concordar. Por exemplo, com a reavaliação do crescimento do Produto Interno Bruto pelo IBGE, vai haver um recurso a mais para os investimentos. Na prática, o limite de 4,25% de meta do superávit primário desceu para 3,8%, o que significa que o Governo terá mais condições de investir em infra-estrutura, em saneamento básico etc.

Sr. Presidente, em linhas gerais, elogio o trabalho do Senador Francisco Dornelles, mas irei destacar esse ponto, que considero excessivo. Além do que, no caso da saúde e da segurança pública, também foi excluído, menos mal, mas a intenção, reitero e deixo claro, foi obrigar o Governo a reduzir o seu custeio.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Concedo a palavra ao Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, quero apenas cumprimentar o Relator. Temos de votar esta matéria. Agora haverá um pouco mais de dinheiro para investimento. Esperamos que o Governo tenha competência para aplicá-lo.

Parabéns, Sr. Relator.

O SR. SENADOR FRANCISCO DORNELLES - Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Encerrada a discussão.

Em votação o projeto.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Estou inscrito. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Encerrada a discussão.

Há 7 destaques.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Pedi a inscrição várias vezes, estou inscrito para falar pelo PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Não ouvi V.Exa. pedir a palavra, mas pode encaminhar a votação. Há 7 destaques.

O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS - Senador José Maranhão, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Concedo a palavra pela ordem ao Senador Efraim Morais.

O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS - Sr. Presidente, também estou inscrito, e gostaria de discutir o projeto.

Não temos culpa de a Ordem do Dia se iniciar, são 16 horas. É perigoso votar matéria desta importância com a Ordem do Dia iniciada. Essa é nossa preocupação. Inclusive, parabenizo o relatório do ex-Ministro e Senador Francisco Dornelles. Repito: nossa preocupação é votarmos esta matéria com a Ordem do Dia iniciada.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Senador, a Ordem do Dia ainda não se iniciou.

O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS - Sr. Presidente, já se iniciou. São 16h02 min.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Ainda não acendeu aqui a luz.

O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS - Sr. Presidente, mas se se iniciar a Ordem do Dia no meio da votação, teremos de parar, vão pedir verificação. É melhor adiar a votação para não prejudicar os trabalhos.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, tenho respeito por todos os companheiros. Trabalhamos entendendo as motivações e respeitando o Regimento. As matérias que estão na Câmara são de interesse da bancada, não podemos deixar de votar. Peço a V.Exa. que suspenda a sessão. Retornaremos mais tarde.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - A votação na Câmara ainda não se iniciou.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Sr. Presidente, não iniciamos a votação. Não posso concordar. Pedi a palavra pelo PSDB, tenho o direito de apresentar os comentários e os destaques do partido. Podemos voltar às 18 horas para discutir.

O SR. DEPUTADO DEVANIR RIBEIRO - Sr. Presidente, também pedi a palavra pela ordem, mas está muito complicado. V.Exa. fica com a cabeça baixa, a Sra. Vilma também. Acenamos que queremos discutir a matéria, mas V.Exa. acaba não anotando. Temos de facilitar as coisas. Está tudo de acordo, não vai haver obstrução, nem ninguém vai pedir verificação.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Tem V.Exa. a palavra pela ordem.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Sr. Presidente, gostaria de contar com a compreensão dos Senadores, inclusive do Deputado que foi autor da proposta de fazer o acordo para votarmos hoje, acordo feito e respeitado. Foi feito acordo semana passada para votarmos hoje. Não adianta postergarmos afirmando que são 16h, 16h02min ou 16h04min. O Presidente é quem preside a sessão. Ele sabe a hora e o momento de encerrar a sessão como determina o Regimento Interno.

Gostaria que os Senadores respeitassem os Deputados, pois fizemos um acordo semana passada, e não rompessem o acordo, porque acordo é para ser cumprido. Se não foi repensado é outra conversa. Existe um acordo para votarmos hoje.

(Não identificado) - Quem está querendo discutir isso são os Deputados, não os Senadores.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Deputado, volto às 18h para cumprir o acordo. Agora não posso ter a palavra cerceada.

(Não identificado) - Quem discute isso são os Deputados.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - É um direito que tenho de fazer a apresentação e colocar a posição do partido. Aliás, não é um direito; é um dever que tenho. Portanto, voltarei às 18h, após a Ordem do Dia, como a Deputada Rose propôs, sem problema algum.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, pela ordem, apenas para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Quero apenas lembrar aos membros da Comissão que a palavra foi concedida a todos os oradores que a solicitaram no momento certo. O Deputado Rafael Guerra somente solicitou a palavra depois de encerrada a discussão.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Sr. Presidente, solicitei várias vezes.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, quero apenas dar uma sugestão. Já fui Oposição muitas vezes nesta Casa. Não se pode cercear a palavra de nenhum Deputado ou Senador. Sei que não houve a intenção de V.Exa. nesse sentido. No entanto, a palavra foi solicitada. Talvez não tenha sido anotado o nome, mas todos os Parlamentares precisam ser ouvidos. Caso a secretaria da Mesa não tenha entendido, que entenda agora. É um apelo legítimo e justo. Hoje não sou mais Oposição. Estou até sem graça, porque é melhor ser Oposição. Porém, não se pode cercear o direito da palavra a quem quer que seja.

Solicito a V.Exa. que abra uma concessão para ouvirmos os companheiros. Os argumentos poderão, inclusive, enriquecer o relatório.

É a minha posição, Sr. Presidente.

O Senador ilustre ali foi meu companheiro nessa parada.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Informo ao colega que não há cerceamento de palavra. Estou cumprindo o Regimento Interno. A discussão já havia sido encerrada. Qualquer pedido de palavra depois de encerrada a discussão...

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Não, mas é de ofício.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Porém, nada a opor. Sendo essa a razão para votarmos a matéria...

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Sr. Presidente, longe de mim afirmar que V.Exa. está cerceando a palavra. Solicitei a inscrição, que não foi percebida pela secretaria da Mesa. Levantei a mão várias vezes. Fui educado, não quis interromper os Parlamentares que estavam falando para pedir em voz alta a minha inscrição, mas solicitei várias vezes. Não vejo qual o problema de eu fazer uso da palavra por 3 minutos, expor as questões do PSDB e encerrarmos a discussão. Não vejo qual o problema.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Nada a opor. Quero explicar a V.Exa. que a secretaria da Mesa não o registrou. Tanto é assim que temos em mãos a relação de oradores. O seu nome não consta da lista, mas concedo a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Muito obrigado, Sr. Presidente. Sabia que V.Exa., como democrata, como Parlamentar experiente, tomaria essa decisão. Minhas palavras não serão longas.

Conheço as dificuldades em se relatar um projeto de interesse do Governo. São muitas as dificuldades para chegarmos a um denominador comum. Cumprimento o Relator, Senador Francisco Dornelles.

O PSDB apresentou algumas emendas que foram rejeitadas e que vamos destacar. Já apresentamos, inclusive, como destaque. Justifico porque tivemos alteração do cálculo do PIB e o Governo propõe a redução do superávit para manter os investimentos. Ao mesmo tempo, o Governo contingenciou 5,7 bilhões de reais do Orçamento da saúde. Então, o Governo aumentou a margem para investimentos em publicidade, como consta aqui, e para outros setores que podem até ter a justificativa do Poder Executivo, mas não concordamos que haja esse tipo de alteração.

Apresentamos uma emenda que destinava 25% dos recursos acrescidos, pelo novo cálculo do superávit, para investimentos em segurança pública, para serem aplicados de forma descentralizada para os Estados. Esse é um pleito de vários Governadores. A reunião dos Governadores apresentou esse pleito ao Presidente Lula. Portanto, os recursos seriam no montante de 25% da alteração dos valores do superávit destinados à segurança pública. Isso nós vamos continuar reivindicando e solicitar que haja um destaque em relação a esse assunto.

No que se refere à segurança pública, a liberação dos gastos em publicidade é um contra-senso dentro desse espírito de contingenciamento de recursos nas áreas sociais. Nós estamos também apresentando um destaque para que isso não aconteça.

Quero deixar claro que esta é a nossa posição, há esses pontos no relatório que nós gostaríamos de discutir mais tempo, mas vamos seguir o acordo feito. Se for para ser votado, vamos acatar democraticamente caso a emenda não seja aprovada, porém fica registrado e apresentado o destaque e ele será levado ao Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Humberto Souto.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO - Sr. Presidente, da mesma forma que o Deputado Rafael Guerra, quero apenas falar dos destaques que apresentei.

Apresentei destaque às Emendas nºs 55, 56 e 58. Estou tentando incluir a alínea "d" do inciso III do parágrafo único do art. 6º da Lei nº 11.439, para fazer com que os repasses para os fundos FNE, FNO e FCO sejam incluídos no SIAFI. O objetivo é fazer com que essas transferências de recursos, em decorrência do art. 159 da Constituição, para esses fundos de forma global, ao serem efetuadas para as empresas, constem também do SIAFI para que a sociedade possa tomar conhecimento. Isso permitirá, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Senadores, o controle social.

Egresso que sou do Tribunal de Contas da União, posso testemunhar que não há possibilidade, mesmo que nós tivéssemos 20 tribunais de contas no País, de fiscalizar e controlar os gastos públicos. Então, essa é uma forma de se buscar o controle social. Colocando-se no SIAFI, as comunidades, as pessoas, a sociedade de forma geral tomará conhecimento dos repasses que estão sendo feitos para incentivar o desenvolvimento nas atividades privadas.

Infelizmente, o Sr. Relator não pôde acolhê-las e sugeriu fazê-lo na LDO de 2008, e vamos fazer novamente. Vamos insistir no plenário também nesses destaques, mas não queremos prejudicar hoje a aprovação dessas alterações. Por isso, vamos ser breves.

Da mesma forma que fizemos nessa emenda, na Emenda nº 56 estamos exigindo que as participações acionárias do Poder Público nas empresas constem do SIAFI para que a população, a sociedade, tome conhecimento e possa participar e ajudar no controle desses recursos.

Tenho experiência para dizer que, sem o controle social, sem a participação da sociedade, não temos como controlar efetivamente os gastos públicos, ou seja, a utilização dos recursos públicos.

São essas as minhas observações. Estamos destacando principalmente essas duas emendas para discutir, sem o objetivo de obstruir, entendendo que elas são de suma importância para o controle dos recursos públicos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais.

O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS - Sr. Presidente, peço a palavra apenas para elogiar o relatório do Ministro Francisco Dornelles. Embora não concorde com a parte de publicidade, acho que podemos melhorar no plenário do Congresso Nacional essa questão e procurar o próprio Ministro para que possamos nos entender em relação à possibilidade de atender a algumas das emendas não acatadas.

Quero parabenizar V.Exa. e dizer que, no plenário do Congresso Nacional, pretendemos discutir a matéria e esperamos que possamos votá-la pela sua importância, talvez pela primeira vez este ano e neste mandato, com *quorum* no Congresso Nacional tanto dos Srs. Deputados quanto dos Srs. Senadores. Parabéns a V.Exa. pelo relatório.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Passemos aos destaques. *(Pausa.)*

A Mesa retifica a informação. Está em votação o relatório.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, ressalvados os destaques.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Sr. Presidente, já teve início a Ordem do Dia.

(Não identificado) - É bom ficar registrado em ata que a matéria foi votada com a Ordem do Dia iniciada.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - A informação que eu recebi é de que a Ordem do Dia não foi iniciada ainda.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO - Não há *quorum* no plenário da Câmara ainda.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Não foi iniciada ainda a Ordem do Dia.

Destaque nº 001. Autor da emenda, Deputado Júlio Redecker.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Pois não.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Da minha parte não há problema, apenas registro para que a Comissão não faça um procedimento de forma errada. A Ordem do Dia já se iniciou. Não vou pedir verificação.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - A matéria está em votação no Senado.

Destaque nº 001, de autoria do Deputado Rafael Guerra, à Emenda nº 18, de autoria do Deputado Júlio Redecker.

Com a palavra o autor do destaque.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Eu lembraria ao Deputado Walter Pinheiro que a matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Com a palavra o autor do destaque.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Fui comunicado de que o Presidente Arlindo Chinaglia, mesmo não tendo número, passou à discussão da matéria em plenário e, portanto, iniciou-se a Ordem do Dia.

Solicito a V.Exa. que suspenda a reunião. Em seguida, poderemos dar continuidade à votação dos destaques e à conclusão da votação dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - A Mesa acolhe a solicitação de V.Exa. e vai suspender a sessão. Daremos continuidade aos trabalhos logo após o encerramento da Ordem do Dia no plenário.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Sr. Presidente, sugiro à Mesa que verifique a correção do procedimento, porque foi feita uma questão de ordem no plenário da Casa em relação a esta votação. Foi questionada no plenário da Casa a votação feita aqui após o início da Ordem do Dia. De modo que sugiro à Mesa que faça a conferência. O Senador Efraim Morais já levantou a questão, e foi levantada também no plenário da Casa que a votação aqui ocorreu depois do início da Ordem do Dia.

O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS - Deputado, a preocupação é única: a importância da matéria. A matéria é muito importante para, amanhã, ao final da votação, ser anulada. A minha preocupação — e sei que é também a de V.Exa. — é nesse sentido. Então, é preciso que se tenha a segurança de que não se iniciou a Ordem do Dia nem no Senado Federal nem na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Sr. Presidente, gostaria de esclarecer aos oradores que a informação de que a Ordem do Dia não tinha começado ainda nos foi passada pela Deputada Rose de Freitas.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, quero fazer um esclarecimento, e, ao mesmo, solicitar que seja esclarecida uma dúvida minha - são dois pesos e duas medidas.

Quando pedi, às 4 horas em ponto, que se suspendesse os trabalhos, já que a Ordem do Dia se inicia nesse horário, de acordo com o Regimento Interno, não fui atendida, e prosseguiram com as falações, mas depois serviu para a votação. Não estou entendendo isso, porque, às 4 horas, deve-se cumprir a determinação.

O Líder Walter Pinheiro me disse que perguntou ao Presidente da Casa, Deputado Arlindo Chinaglia, se teve início a Ordem do Dia. S.Exa. respondeu que teríamos um tempo, porque ainda não tinha sido iniciada a discussão. Foi o que passei a V.Exa. Agora não estou entendendo mais. Valeu a falação, valeu a votação ou não vale nada nesta Casa?

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Valeu o princípio, aquele princípio equivocado: faça o que digo, não o que faço.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Declaro reiniciada a primeira reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das Pautas nºs 2, 3, 4 e 5.

Aviso.

Cronograma PLDO para 2008:

1. Leitura em sessão do Senado Federal: dia 17 de abril;
2. Distribuição de avulsos: até 22 de abril;
3. Realização de audiências públicas: até 29 de abril;
4. Apresentação do relatório preliminar perante a Comissão: até 2 de maio;
5. Apresentação de emendas do relatório preliminar: entre 10 e 12 de maio;
6. Votação do relatório preliminar com emendas pela Comissão: até 18 de maio;
7. Apresentação de emendas ao projeto de lei: de 19 a 28 de maio;
8. Publicação das emendas: até 2 de junho;
9. Relatório do Relator: dia 15 de junho;
10. Discussão e votação do relatório das emendas: até 2 de julho;

11. Encaminhamento do parecer da Comissão à Mesa do CN.

Designado o Deputado João Leão Relator do Projeto de Lei e Diretrizes Orçamentárias para 2008, nesta data.

Ordem do Dia.

Pauta 5.

1) Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei do Congresso Nacional.

O PLN já foi votado, de forma que vamos votar agora os 7 destaques apresentados.

Destaque nº 1, do Deputado Rafael Guerra, à Emenda nº 18, do Deputado Júlio Redecker.

O autor está com a palavra para a apresentação do destaque.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, não está presente o autor do destaque. Para que a ausência de autores não prejudique os destaques, sugiro que estes sejam votados em grupo.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - Sr. Presidente, sou autor e gostaria de ter a oportunidade de fazer uso da palavra para apresentar o destaque, o que não seria possível com votação em grupo.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Retiro minha proposta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Retirada a proposta.

Destaque nº 1, do Deputado Rafael Guerra, à Emenda nº 18, do Deputado Júlio Redecker.

Ausente o autor do destaque, fica prejudicada a proposição.

Destaque nº 2, do Deputado Rafael Guerra. Também prejudicado.

Destaque nº 3, do Deputado Rafael Guerra. Também prejudicado.

Destaque nº 4, do Deputado Humberto Souto, à Emenda nº 55, do mesmo autor. *(Pausa.)*

Ausente o autor, fica prejudicada a proposição.

Destaque nº 5, do Deputado Humberto Souto. Também prejudicado.

Destaque nº 6, do Deputado Claudio Cajado. *(Pausa.)*

Ausente o autor, fica prejudicada a proposição.

Destaque nº 7, do Deputado Humberto Souto. Também prejudicado.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - Sr. Presidente, apresentei emenda e, em razão de ser Líder do Partido na Comissão de Orçamento, passei-a ao Deputado Claudio Cajado, que a colocou na forma de destaque.

Portanto, na condição de autor da emenda, gostaria de discutir o destaque, se V.Exa. entender seja isso possível.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Infelizmente, Deputado, o autor do destaque não está presente. Se eu abrir exceção para este caso, vou ter de fazê-lo para todos. Devemos cumprir o Regimento, de modo que não posso atender ao apelo de V.Exa.

Vamos continuar com a pauta. Este PLN já está encerrado.

Pauta nº 3.

Apreciação do relatório, apresentadas as seguintes mensagens do Congresso Nacional.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, quero saudar o ex-Ministro Dornelles pela aprovação de seu relatório. Esperamos que, no plenário do Congresso Nacional, referendemos esse trabalho tão bem feito por S.Exa.

(Intervenções fora do microfone — inaudíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Eu me acosto a todos os oradores que estão elogiando a habilidade do nosso Relator, sobretudo o seu conhecimento de causa.

Vamos prosseguir com o Item 1:

Mensagem nº 177/2003-CN, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do inciso I do art. 101 da Lei nº 10.524, de 25 de julho de 2002, o Relatório de Gestão Fiscal da Presidência da República referente ao segundo quadrimestre de 2003;

Ofício nº 18/03-CN, que encaminha ao Congresso Nacional, cumprindo determinação expressa no art. 111 da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003, os demonstrativos que compõem o Relatório de Gestão Fiscal do Ministério Público da União;

Ofício nº 19/03-CN, que encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no inciso I do art. 101 da Lei nº 10.524, de 25 de julho de 2002, LDO 2003, e no inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados referente ao período de setembro de 2002 a agosto de 2003;

Ofício nº 20/03-CN, que encaminha ao Congresso Nacional, tendo em vista o que determina o art. 5º, inciso I, da Lei 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Supremo Tribunal Federal, instituído pela Lei Complementar nº 101, de 2000, art. 54, inciso III, referente ao segundo quadrimestre de 2003. Relator: Deputado Pedro Novais. Voto pelo arquivamento da matéria.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, eu gostaria de ler o voto do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Eu ia justamente autorizar V.Exa., que já se antecipou, a fazer a leitura do voto do Relator.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Voto do Relator:

"Sr. Presidente, trata-se da Mensagem nº 117, de 2003, do Congresso Nacional, Ofícios nºs 18,19 e 20, de 2003, que encaminham os Relatórios de Gestão Fiscal relativos ao segundo quadrimestre do ano de 2003, nos termos do art. 5º da Lei 10.028, de 2000.

Em que pese, Sr. Presidente, o fato de o período de referência do Relatório de Gestão Fiscal que se discute ser relativo ao segundo quadrimestre de 2003, setembro de 2002 a agosto de 2003, as informações prestadas dizem respeito ao exercício financeiro de 2003.

Não obstante, considerando que maior parte do período examinado está contida no exercício em que se verificou o cumprimento dos limites previstos da multicitada Resolução nº 98/89, do Senado Federal, concluímos que os esclarecimentos prestados podem atender ao solicitado projeto de Comissão.

Assim, voto no sentido de que esta Comissão arquive a matéria.

Sala das Comissões. Deputado Pedro Novais, Relator."

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Concluída a leitura do relatório.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Pauta nº 3, de 2007. Item 2.

Mensagem nº 26/2005-CN, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 2º do art. 37 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, a relação das operações de crédito pendentes de contratação.

Relator: Deputado Claudio Cajado.

S.Exa. está ausente.

Designo, para fazer a leitura do relatório, o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Passo a ler:

"Mensagem nº 26/2005-CN, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 2º do art. 37 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, a relação das operações de crédito pendentes de contratação.

Voto do Relator:

O demonstrativo em análise cumpre exigência constante do § 2º do art. 37 da LDO/2005, que estabelece: 'no prazo de 60 dias após a publicação da lei orçamentária, o Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional a relação das operações de crédito nela incluídas, pendentes de contratação, especificando a finalidade, o valor da operação, a respectiva programação custeada com essa receita e, quando possível, o agente financeiro.'

O objetivo desse dispositivo é permitir que os Parlamentares tenham acesso a informações consolidadas sobre as novas operações de crédito que estão em fase de contratação pelo Poder Público federal, verificando-se sua finalidade e montante total.

Em parecer anterior, apresentado a esta Comissão pela Deputada Laura Carneiro, advogou-se a necessidade de informações adicionais sobre o estágio da contratação em que se encontravam tais operações, para que fosse possível aferir a viabilidade de execução das dotações que dependiam dos recursos oriundos de tais fontes, ainda no exercício de 2005.

Essa demanda foi acolhida pela Comissão, dando origem ao Ofício P-457/2005-CMO, de 6 de dezembro de 2005.

O Poder Executivo encaminhou resposta apenas em 21 de junho de 2006.

Com base nos dados apresentados, verificamos a baixíssima efetividade de tais fontes de financiamentos. Basta citar que, dos 13 projetos constantes da relação de operações de crédito pendentes de contratação, apenas 5 se encontravam em execução, conforme as informações adicionais fornecidas.

De qualquer modo, considerando que esses dados referem-se ao Orçamento de 2005, entendemos que a relação apresentada pelo Poder Executivo perdeu o objeto, pelo que recomendamos o seu arquivamento.

Deputado Claudio Cajado, Relator."

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não há oradores inscritos.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Item 3. Apreciação do seguinte requerimento:

Requerimento nº 3/2007-CMO, que solicita seja convocado o Ministro da Defesa, Waldir Pires, para prestar esclarecimentos a esta Comissão acerca dos graves problemas existentes no setor do transporte aéreo regular de passageiros no País, desde o acidente ocorrido em 29 de setembro de 2006.

Autor: Deputado Eduardo Gomes.

Concedo a palavra ao autor do requerimento, Deputado Eduardo Gomes.

O SR. DEPUTADO EDUARDO GOMES - Sr. Presidente, é sabida por toda a sociedade brasileira a discussão realizada em torno da criação da CPI do Apagão Aéreo. Cabe a esta Comissão, aos Parlamentares da Câmara e do Senado, debater a qualidade e o contingenciamento dos recursos gastos no setor aéreo para maior segurança da população.

Esta Casa, que já discute de forma contundente a necessidade de apuração — entre a disputa política, o posicionamento do Supremo Tribunal Federal em relação à instalação da CPI e a possibilidade de apuração dos problemas por meio de CPI no Senado —, pode colaborar com o debate ao ouvir o Ministro, que, por sua vez, deverá esclarecer previamente o que ocorre com os recursos que esta Comissão vota todos os anos para serem gastos no setor aéreo.

Conversei com alguns Líderes do Governo sobre a possibilidade de transformar em convite a convocação do Ministro da Defesa, Waldir Pires, para mantermos o relacionamento diplomático da Comissão, mas com igual necessidade de que S.Exa. aqui venha para esclarecer a esta Comissão os motivos desse contingenciamento.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para registrar uma queixa do PSDB por conta da votação do destaque sem a nossa presença — culpa nossa pelo acúmulo das Comissões da Casa. Esta Liderança tem um bom relacionamento com a Presidência, e gostaríamos de manter tudo isso, até porque os destaques serão sustentados na sessão em plenário. Portanto, nosso objetivo principal é esclarecer à sociedade brasileira e a esta Comissão como está sendo feita a aplicação e o contingenciamento de recursos no setor aéreo.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - O autor resolveu modificar. Ao invés de convocação, que seja dirigido um convite ao Ministro da Defesa, Waldir Pires, a fim de que S.Exa. esclareça a questão de segurança dos vôos no Brasil, a partir do acidente que vitimou 154 pessoas na Amazônia.

No meu entender — esta observação não pesa muito, o Ministro é que o diga —, aquele acidente não teve nada a ver com o problema da segurança levantado pelos órgãos de segurança de vôo. O que ocorreu foi, caracterizadamente,

um caso de indisciplina de vôo, conforme decodificação dos dados das caixas-pretas, os quais, inclusive, já foram divulgados pela imprensa nacional. Um piloto fugiu das obrigações de manter o nível de vôo conforme o que foi aprovado em seu plano original de vôo. Mas isso, no caso, é questão adjetiva.

Em discussão o requerimento.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - O Ministro Waldir Pires e o Comandante da Aeronáutica já devem ter vindo a esta Casa várias vezes nos últimos 4 meses. Neste mesmo auditório, recentemente, esteve presente representante da ANAC. Enfim, esse tema vem sendo requentado a cada dia, tipo café com leite.

A última Comissão a que o Ministro Waldir Pires deveria prestar esclarecimentos é a esta Comissão de Orçamento, porque tratamos de números, de orçamento.

Queremos ajudar a acabar com o apagão aéreo. Temos agora, na discussão da LDO e da Lei Orçamentária, que dotar a INFRAERO e os órgãos de controle de vôo de maior volume de recursos financeiros.

Sei que há um embate político com a Oposição, que tem esse tema como um cavalo-de-batalha — respeito o colega Eduardo Gomes pela iniciativa —, mas tenho a obrigação de me posicionar contra esse requerimento, porque ele é inócuo. Não vamos resolver o problema da aviação brasileira convocando Ministros, mas alocando mais recursos no Orçamento. Ou, então, quando o Ministro Paulo Bernardo vier a esta Casa para dar justificativas sobre a aplicação orçamentária, como manda a Lei de Responsabilidade Fiscal, poderemos perguntar a S.Exa. se contingenciou ou não os recursos previstos para a INFRAERO, para o sistema de controle do espaço aéreo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Continua em discussão.

Com a palavra o Deputado João Leão.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente, prezamos muito o Deputado Eduardo Gomes, um dos melhores quadros desta Comissão. S.Exa. é pessoa compreensiva, que acrescenta a esta Comissão com sua sabedoria. Mas acontece que o Ministro Waldir Pires esteve neste plenário por 16 horas consecutivas, e já explicou tudo. Esteve também na Comissão de Defesa do Consumidor e da que trata de assuntos econômicos. Enfim, já esteve em umas 10 Comissões da Câmara e em outras tantas do Senado. Então, pedimos ao grande companheiro Eduardo Gomes compreensão: retire esse requerimento, porque não queremos votar contra S.Exa. E toda a Comissão quer votar a favor.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Está inscrito, para falar em seguida, o Deputado Walter Pinheiro.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO - Sr. Presidente, na mesma linha de raciocínio do companheiro João Leão, faço um apelo ao nobre Deputado Eduardo com a seguinte ponderação: teremos a oportunidade — creio que há iniciativa nesse sentido adotada pelo nobre Relator-Geral e pelo coordenador do Comitê de Emendas e o de Receitas — de promover debates sobre a aplicação de recursos nos diversos setores. O Ministro Paulo Bernardo foi convidado, na reunião de ontem, pelo Deputado Eduardo Sciarra , para aqui discutirmos o mérito dessas questões.

Portanto, Deputado Eduardo, nesta Comissão, teremos a oportunidade, de forma específica, de debater os investimentos para a área da defesa nacional. O próprio Relator-Geral e o Relator-Setorial terão, quase que obrigatoriamente, — pela importância do tema, pelo modo como ele tem sido tratado, pelo quadro que se apresentou e até pela cobrança de haver resposta — de realizar um bom debate sobre investimentos nessa área.

Então, proponho a V.Exa. que retiremos esse requerimento e conversemos com o Relator-Setorial de Defesa, para que S.Exa. assuma o compromisso de promover audiência pública com a Relatoria Setorial, para a qual o Ministério do Planejamento e da Defesa poderiam enviar seus técnicos, a fim de discutirmos assuntos relativos à Comissão de Fiscalização e Controle e à Comissão das Relações Exteriores. No nosso caso específico, debateríamos com os técnicos da área com o objetivo de aprimorar o nosso relatório de defesa nacional, a fim de que ele seja elaborado em consonância com nosso desejo de resolver os problemas.

Poderíamos articular com o Relator-Setorial para realizarmos aqui uma audiência pública, em que trataríamos exclusivamente desse tema.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Deputado Vignatti.

O SR. DEPUTADO VIGNATTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, após todos esses apelos, o meu passa a ser menos importante. Quero reiterar que a intenção do Deputado Eduardo Gomes é buscar esclarecimentos. Os Deputados

João Leão e Walter Pinheiro trazem a informação sobre a vinda do Ministro Paulo Bernardo. O Ministro Waldir Pires já esteve aqui e nos deu explicações — de certo modo, foi algo massacrante, feito de forma direta. O Deputado Eduardo Sciarra poderia compreender, visto que o Ministro Paulo Bernardo já foi convidado.

O SR. DEPUTADO EDUARDO GOMES - Sr. Presidente, peço a palavra como autor.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO EDUARDO GOMES - Sr. Presidente, só para fazer referência à solicitação dos meus colegas.

Quero, primeiro, registrar que também considero o Deputado João Leão um dos melhores quadros desta Comissão. É recíproca essa admiração; e, por se tratar de Liderança do Governo no Congresso, pode me ajudar a entender e a deixar claro nesta Comissão um pouco da injustiça cometida pelo Deputado Eduardo Valverde, quando deu um viés político. Não é o caso.

Deputado Walter Pinheiro, chamo a atenção para o fato de que a proposta estruturante de debatermos os recursos para o setor aéreo tem, por exemplo, um teor político muito menor do que um requerimento que pretendemos apoiar, constante do Item 2 da pauta, do Deputado Paulo Rubem Santiago, que requer que a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização solicite ao Tribunal de Contas da União a relação de todos os processos de irregularidade referentes à INFRAERO e ao setor aéreo. Esse viés político — talvez a questão mais ligada à crise — está sendo defendido por Parlamentares do Governo, e o que estamos discutindo é a vinda do Ministro para debatermos a estrutura dos recursos para o setor aéreo.

Portanto, para colaborar com os trabalhos desta Comissão, quero pedir o compromisso público da base do Governo para aprovarmos o requerimento do Deputado Paulo Rubem Santiago e fazermos as observações adicionais para discutirmos no relatório setorial.

Se houver o acordo, promovo a retirada do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Como o autor do requerimento não pôde atender aos inúmeros e insistentes apelos no sentido de retirar o requerimento, ele permanece em discussão.

Está inscrito o Deputado Eduardo Sciarra. Tem S.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, quero apoiar o requerimento do nobre Deputado Eduardo Gomes, Líder do PSDB, nesta Comissão, e dizer da importância que é para o País e para esta Comissão a discussão desse tema.

O Deputado Eduardo Gomes justifica o requerimento em razão dos recursos alocados no Orçamento da União, debatido e discutido nesta Comissão. O Ministério da Defesa e nós temos feito esforço máximo no sentido de alocar recursos para área tão importante. Mas, infelizmente, o Governo, nos últimos 4 anos, não tem disponibilizado recursos para equipar o País com os equipamentos necessários ao controle do tráfego aéreo, como também não teve agilidade para treinar e colocar mão-de-obra qualificada à disposição.

Portanto, considero oportuna a presença do Ministro Waldir Pires. Não sei se S.Exa. vai conseguir esclarecer muita coisa, porque não tem feito isso ao longo dos últimos 7 meses, porém é importante debatermos o assunto. Ontem, contra meu voto, aprovamos, no PLN 01, a eliminação da redução dos gastos, por exemplo, para publicidade. Quem votou, liberou geral para que esses gastos com publicidade não tenham limitação. Ou seja, o Governo não gasta onde precisa e gasta onde não precisa. Por isso, é fundamental que o Ministro venha aqui esclarecer essa situação, e o PFL, agora Democratas, apóia o requerimento do Deputado Eduardo Gomes.

O SR. DEPUTADO DEVANIR RIBEIRO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO DEVANIR RIBEIRO - Sr. Presidente, na condição de coordenador da bancada do Partido dos Trabalhadores na Comissão de Orçamento, também faço um esforço — e, às vezes, é de ambas as partes — de não politizar certas questões. Porém, o ilustre orador que me antecedeu, o Deputado Eduardo Sciarra, politiza um pouco mais. Se houve algum destrambelho de um lado, também S.Exa. politiza, já vai além daquilo que o autor solicita no seu requerimento ou no seu convite na modificação que fez hoje.

Penso que o bom senso tem que prevalecer. Foi dito pelo nobre Deputado João Leão que o Ministro da Defesa já esteve no Congresso Nacional por várias vezes e já explicou. Agora, explicar o inexplicável não há como; não foi o Ministro da Defesa quem mandou voar a 37 mil pés ou a 36 mil pés. Esse negócio de dizer que nosso controle aéreo é

defasado, é ruim, é conversa, é porque tem alguém querendo vender outras coisas. O problema não é bem esse; há pessoas querendo vender de tudo neste País. Temos um bom controle, feito pelo SIVAM, que é um dos melhores do mundo — aliás, ele é reconhecido assim. Agora, acidentes acontecem.

Mas o que quero dizer com isso? Não dá para fazer um acordo *a posteriori*. O que gostaríamos que fosse feito é que, se o autor retirasse, na palavra do Deputado Walter Pinheiro, Vice-Líder do Governo — e a nossa bancada apóia — poderíamos trabalhar nisso, até porque, na semana que vem, vamos instalar a CPI do Apagão. Ao instalá-la, estará tudo colocado direitinho: como vai ser, o que não vai ser. E aí quero saber se vai ser a CPI do Apagão ou do "aceso".

Peço ao Deputado Eduardo Gomes, em homenagem ao Brigadeiro Eduardo Gomes, que cuidou tão bem do nosso ar, da nossa Aeronáutica, que retire o requerimento para que pudéssemos caminhar no rumo proposto. Como coordenador de bancada, tenho o maior interesse em que as coisas funcionem. Aquilo que é de direito é de direito. Vamos trabalhar no sentido de fazer o melhor nesta Comissão, e não politizar certas discussões.

Não cabe a politização. O que cabe é o discernimento das questões que temos para tratar, que são Orçamento, LDO, PPA e os investimentos que temos por obrigação tratar, porque somos co-responsáveis com o Orçamento da União.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI - Sr. Presidente, também quero me somar ao apelo feito ao Deputado Eduardo Gomes no sentido de que retire esse requerimento de convocação. Mais à frente, inclusive por ocasião das reuniões da Relatoria da Justiça e Defesa, seguramente teremos oportunidade de ampliar essa discussão, buscar as informações necessárias e as correções possíveis para esse tema tão importante, delicado e atual. Portanto, na condição de Relator Setorial de Justiça e Defesa, também deixo meu apelo ao Deputado Eduardo Gomes para que atenda a essa demanda que estamos fazendo, em nome do bom andamento dos trabalhos desta tarde.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO EDUARDO GOMES - Sr. Presidente, peço a palavra, como autor.

Vou retirar o requerimento, fazendo o registro de que não há politização na discussão do tema, até porque citei o Deputado Paulo Rubem Santiago, que também solicita documentos. Portanto, a questão é mais política ainda.

Acompanhando esta Comissão por alguns anos, tive oportunidade de ver, por exemplo, o Senador João Ribeiro, como Relator Setorial da Área de Defesa, garantir todos os recursos para a área de defesa e aviação e essas verbas não serem aplicadas. Agora que temos como Relator o Senador Zambiasi há a expectativa realmente de uma discussão ampla no debate setorial.

Portanto, atendendo ao apelo dos nossos colegas, retiro — temporariamente, é lógico, porque é preciso atender ao compromisso da Liderança do Congresso — o requerimento de pauta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Em nome de todos, agradeço ao Deputado Eduardo Gomes.

Quero fazer um comentário lateral a essa questão toda.

O estopim dessa crise do chamado "apagão" foi o acidente envolvendo um avião de matrícula brasileira, da Gol, com 154 passageiros a bordo, e um avião executivo, de fabricação nacional, mas de matrícula norte-americana, um Legacy.

Eu diria a V.Exa. que, se as vítimas tivessem sido as da aeronave norte-americana, evidentemente a crise não teria se instaurado. Como os responsáveis pelo acidente foram os comandantes que conduziam a aeronave de prefixo norte-americano, ninguém tocou na questão da indisciplina, que foi a única causa geradora do acidente.

Para os que não sabem, quando um piloto de jato voa num nível inferior, ou num superior, ele tem que fazer um plano de vôo. Há um princípio da aviação internacional que diz que as aeronaves são separadas por níveis de vôo. De modo que só em caso de pane que não permita o piloto conservar-se no mesmo nível, ele pode sair do mesmo. No entanto, os pilotos americanos saíram do nível, e foi isso que motivou o choque entre as aeronaves. Ele saiu do nível que estava a ele reservado.

Foi então que eclodiu a crise dos controladores, uma insatisfação que já estava sendo gestada há muito tempo, desde a criação da ANAC.

Diga-se de passagem, sem nenhum intuito pejorativo, que a Força Aérea nunca assimilou a desmilitarização do DAC — Departamento de Aviação Civil, que, apesar do nome, sempre foi um órgão do Ministério da Aeronáutica, ou

militar. Essa questão aflorou no debate da criação da ANAC. Eu levantei várias vezes esse problema. Mas houve uma compulsão muito forte, e um projeto que há 2 anos estava arquivado na Câmara Federal, ou paralisado, veio para o Senado, foi votado atabalhoadamente — e outros efeitos ainda vão surgir, além desse. A ANAC, por sua vez, não teve tempo nem competência para suprir as deficiências do sistema de controle de vôo e de pessoal, e ainda não tem recursos materiais para manter o Sistema de Proteção ao Vôo.

Quero dar um depoimento da maior isenção, como alguém que voa também. O Sistema de Proteção ao Vôo, no Brasil, não pode ser classificado como ótimo ou bom. Ele vem funcionando muito bem graças à nossa meteorologia privilegiada. Somos um país tropical e temos condições visuais nos aeroportos em 80% do tempo em 90% dos aeroportos, durante todo o ano. Imaginem se tivéssemos em todo o Brasil as condições meteorológicas de Santa Catarina ou de São Paulo! Com certeza, seria diferente a avaliação sobre o grau de eficiência do nosso Sistema de Proteção ao Vôo.

Esse sistema nunca foi eficiente, e não por falta de interesse do Ministério da Aeronáutica, mas porque sempre faltaram recursos materiais e humanos adequados — não falo em qualidade, mas em quantidade — para gerir bem um sistema de proteção ao vôo moderno e adequado, como se faz na maioria dos países desenvolvidos no mundo. Porém, não há dúvida de que o Brasil tem respeitável frota de aviões, que essa frota está sempre crescendo e é preciso que haja adequação.

O acidente aéreo sobre a Amazônia emocionou a discussão desse problema. Na verdade, quando se fala no Brasil, em qualquer assembléia sobre aviação, poucas pessoas têm sensibilidade para isso, porque é uma questão mais ou menos minoritária. O peso da aviação no Brasil ainda não é tão grande a ponto de motivar uma discussão adequada e, sobretudo, soluções honestas para o problema. Agora, não se pode nem se deve debitar ao atual Governo a responsabilidade por esse acidente — porque não foi. Basta estudar a conclusão dos inquéritos técnicos, que comprovam que houve uma clara indisciplina de vôo. Os comandantes do Legacy, de matrícula norte-americana, saíram do nível preestabelecido e, por isso, chocaram-se com a aeronave que voava em sentido contrário.

É somente uma opinião que estou dando aqui.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - Sr. Presidente, só para concluir o assunto, eu gostaria de falar rapidamente.

Acho que não pode ficar parecendo que não temos problema no País com relação a tráfico aéreo — pelo amor de Deus! Disse aqui o Deputado que coordena a bancada do PT que estamos politizando o assunto. Não citamos aqui nada que não fosse a realidade do que está acontecendo no Pais. A falta de investimentos, sim, tem levado a isso. Não é apenas sobre o acidente de que estamos tratando, mas do caos aéreo que transtorna nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Agradeço a V.Exa. a explicação. E esse é exatamente o meu ponto de vista: falta investimento nessa área. Agora, esse mal é crônico. Não quero aqui expor as chagas de um sistema. Tenho excelentes amigos em todos os planos, tanto entre os profissionais de aviação, os que voam, como entre aqueles que fazem a segurança de vôo. Mas é comum sistemas importantes, como, por exemplo, o sistema de pouso e decolagem por instrumento, ficar 2 ou 3 meses fora do ar em alguns aeroportos por falta de manutenção.

Isso não está ocorrendo só agora. Diga-se de passagem que, afora a crise dos controladores, estamos vivendo um bom momento. Recentemente, houve alguns investimentos significativos que melhoraram o sistema. No passado era muito pior. É isso que estou dizendo.

Estou me situando numa posição neutra para analisar a situação. Mas, como essa questão é tão importante, inquietando os cidadãos que querem voar, temos de fazer uma análise objetiva, fria, equilibrada e, eu diria até, patriótica, no sentido de colaborar com a busca de uma solução que seja compatível com o grau de deficiência do sistema e, ao mesmo tempo, com as carências em recursos que sabemos que o País tem.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - Mas falta de planejamento é responsabilidade do Governo.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, peço a inversão de pauta para votarmos agora a Pauta nº 5, item 2, que é uma errata encaminhada ao Sr. Presidente pelo Relator-Geral, Senador Valdir Raupp.

É muito importante a aprovação dessa matéria, e está próximo o início da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Em votação a proposta de inversão de pauta na Câmara dos Deputados.

Aqueles que forem favoráveis permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Apreciação da errata apresentada à Lei Orçamentária Anual para 2007.

Item 2. Errata encaminhada ao Presidente da Comissão, Senador José Maranhão, pelo Relator-Geral, PN nº 15/2006-CN. PLOA para 2007, Senador Valdir Raupp, através do Ofício RG nº 03/07, de 10 de abril de 2007, em observância ao disposto no art. 152, da Resolução nº 1/2006-CN.

Errata, como os membros desta Comissão sabem, são correções ao Orçamento de 2007.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Por erro material e omissão apenas. Não há nenhuma alteração.

O SR. PRESIDENTE (Senado José Maranhão) - Apenas por erro material. Não há nenhuma modificação substancial, já que o Orçamento é uma lei e, como tal, não pode ser modificado, a não ser através de processo legislativo específico.

Em discussão. *(Pausa.)*

Discussão encerrada.

Em votação a errata na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Pauta nº 4/2007. Apreciação dos relatórios apresentados às seguintes Mensagens do Congresso Nacional:

Item 3: Mensagem 23/2003-CN, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 5º do art. 67 da Lei nº 10.524, de 25 de julho de 2002, o relatório de avaliação de receitas e despesas referentes ao primeiro bimestre de 2003. Relator: Senador Sibá Machado, que está ausente.

Peço ao Senador Sérgio Zambiasi que faça a leitura.

O SR. SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI - Sr. Presidente, contando com a compreensão dos colegas, vamos passar diretamente ao Voto:

"No sentido de fazer com que esta Comissão tome conhecimento das Mensagens e demais documentos que cumprem esse processo, determina-se seu arquivamento."

Esse é o Voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Pauta nº 4/2007.

Item nº 4. Mensagem nº 113/2005-CN, que encaminha ao Congresso Nacional o relatório de avaliação de receita e despesa referente ao quarto bimestre de 2005. Relator: Senador Sibá Machado.

Estando S.Exa. ausente, designo o Senador Augusto Botelho para fazer a leitura do relatório.

O SR. SENADOR AUGUSTO BOTELHO - Leio o Voto:

"Diante do exposto, voto no sentido de que a Comissão tome conhecimento da Mensagem nº 113, de 2005-CN, da Mensagem nº 156, de 2005-CN e demais documentos que compõem esse processo e determine seu arquivamento."

Esse é o voto do Senador Sibá Machado, Sr. Presidente: pelo arquivamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Informo aos presentes que a Pauta 4, item 2, ficará para a próxima reunião, já que o autor se encontra ausente.

Pauta 5. Item 3.

Apreciação do relatório apresentado aos seguintes Avisos do Congresso Nacional: Aviso 8/2006-CN, Aviso 13/2006-CN, Aviso 15/2006-CN, Aviso 17/2006-CN, Aviso 24/2006-CN, Aviso 30/2006-CN, Aviso 32/2006-CN, Aviso 33/2006-CN, Aviso 36/2006-CN, Aviso 38/2006-CN, aviso 40/2006-CN, Aviso 42/2006-CN, Aviso 44/2006-CN, Aviso 47/2006-CN, Aviso 49/2006-CN e Aviso 51/2006-CN.

O Relator é Deputado Manoel Junior, a quem concedo a palavra para proferir parecer.

O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR - Sr. Presidente, coube-me o relatório aos Avisos anunciados, e o nosso voto, Sr. Presidente, é pelo arquivamento dos referidos avisos por terem perdido a oportunidade.

Cabe esclarecer que a perda de oportunidade ocorre quando, em razão da demora da sua apreciação, a proposição não faz mais sentido. Então, nosso voto é no sentido de que a Comissão autorize o arquivamento dos Avisos nºs 8, 13, 15, 17, 24, 30, 32, 33, 36, 38, 40, 42, 44, 45, 47, 49, 50 e 51, todos de 2006-CN.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Em discussão o relatório, facultada a palavra aos presentes. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado.

Pauta nº 5. Item 4: Ofício 19/2006-CN, que encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 20, § 4º, da Lei n.º 7.827, de 27 de setembro de 1989, um exemplar do relatório das atividades desenvolvidas e dos resultados obtidos do FNO no exercício de 2005.

Estando o relator ausente, designo o Senador João Ribeiro para fazer a leitura do relatório.

O SR. SENADOR JOÃO RIBEIRO - *"Voto. Diante do exposto e considerando que as contas do FNO ainda deverão ser objetos de apreciação do Tribunal de Contas da União e que não há providências adicionais a serem adotadas, nosso voto é no sentido de que esta Comissão delibere pelo conhecimento da matéria e pelo encaminhamento do processo ao arquivamento."*

É o voto do Senador Jonas Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Apresentado o relatório, o mesmo encontra-se em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar esta reunião, antes convocando reunião ordinária para o dia 25 de abril, quarta-feira, às 14h30, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado João Leão.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Ia propor a V.Exa., Sr. Presidente, que lêssemos aqui o cronograma da LDO de 2008, em função de já se abrirem prazos.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Informo a V.Exa. que essa leitura já foi feita.

(Não identificado) - Sr. Presidente, V.Exa. declarou encerrada a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Em atenção especial ao Deputado João Leão, ainda não a encerrei.

(Não identificado) - Entendi que V.Exa. a tinha encerrado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Anunciei que iria encerrar. O direito é formal. Faltou a palavra encerrada.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Desculpe-me, Sr. Presidente, porque eu estava aqui lendo um assunto muito interessante sobre a LDO e, já debruçado no trabalho, não prestei atenção ao que havia dito V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Eu, efetivamente, não tinha proferido a palavra "encerrada". Anunciei que iria encerrar, porém não usei a palavra. O direito é formal e ritual.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Agora podemos dizer: está encerrada a reunião.